

A cidade ilegal

Tarciano Ricarto
Sibele Negromonte
Da equipe do **Correio**

Uma cidade sem lei, onde a regra é a transgressão. Um mundo de irregularidades erguido rente ao poder federal. Uma região que está crescendo na clandestinidade. É o espaço urbano das invasões de terras; do comércio ambulante em área pú-

blica; do transporte pirata; das infrações de trânsito; das ligações clandestinas de água, luz e esgoto; das obras irregulares; da destinação incorreta do lixo.

Só as invasões em áreas urbanas no Distrito Federal somam aproximadamente 500 km². Um espaço maior que o ocupado pela região administrativa de Brasília, que tem 473 km². Isso significa que 40% de todo o espaço urbani-

zado do DF não tem registro em cartório. Foi ocupado e transformado em favelas, vilas, condomínios e assentamentos irregulares.

Essa clandestinidade atraiu muita gente. O DF foi a quinta unidade da federação que mais cresceu em número de habitantes nos últimos dez anos. "O próprio poder público produziu o fenômeno da cidade ilegal", avalia Raquel Rolnik, professora do mestrado em urbanismo da Pon-

tifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas (SP) e autora do livro *A Cidade e a Lei*.

A especialista, que prestou consultoria à assembléia constituinte (1985-1988) em assuntos urbanísticos, considera que a questão fundiária no DF é bastante peculiar. Nos condomínios irregulares, redutos da classe média candanga, não há propriedade legal da terra. Mas existe uma rede de infraestrutura que garante quali-

dade de vida aos moradores.

"Já em cidades como Recanto das Emas e Samambaia, criadas por programas habitacionais voltados às classes populares, a posse da terra tende a ser legal. Mas há várias irregularidades do ponto de vista urbanístico", comenta Raquel Rolnik, que também foi consultora do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (IPDF), extinto ano passado.

Ela explica que o DF foge à regra da maioria dos grandes centros urbanos do país. Em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, as invasões ocorrem em bairros já estruturados, mas sem a moradia regularizada. "Em Brasília, com a farra dos lotes, o governo 'resolveu' o problema da habitação, mas não deu infraestrutura básica, obrigando as famílias a buscar na ilegalidade a sua sobrevivência".

Antônio Siqueira



JOSÉ VIVE DE CATAR ENTULHO EM UMA ÁREA PÚBLICA DA QNL 1, EM TAGUATINGA, TRANSFORMADA IRREGULARMENTE EM DEPÓSITO PELO ADMINISTRADOR

Rotina na clandestinidade

Na cidade clandestina, uma ilegalidade geralmente puxa outra. A situação é comum no Recanto das Emas, localizado a 26 km de Brasília. "Depois de invadir o lote, fiz uma gambiarra para ter luz. A muito custo, consegui com que ligassem a água. Mas não fizeram a rede de esgoto, alegando que eu não tinha a escritura do terreno. Por isso, meu esgoto vai todo pra rua", lamenta Vilânia Alves, dona de casa que deixou o Piauí atrás de uma vida melhor na capital do país.

Na cidade paralela, o esgoto corre a céu aberto, os "gatos" (ligações clandestinas) garantem o fornecimento de água e energia, o lixo é despejado em terrenos baldios, a terra é invadida. "No Distrito Federal, quem vive legalmente paga pela ilegalidade alheia", observa o arquiteto Sérgio Brandão, conselheiro do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea).

"Morador de condomínio irregular não paga IPTU. O imposto, sem dúvida, vai ser maior para quem vive em terreno legalizado. É uma forma de o governo compensar. O mesmo raciocínio vale para o gato de água e energia", explica Brandão.

Só por conta de fraude nas tubulações de água, a Compa-

"NO DISTRITO FEDERAL, QUEM VIVE LEGALMENTE PAGA PELA ILEGALIDADE ALHEIA. MORADOR DE CONDOMÍNIO IRREGULAR NÃO PAGA IPTU. O IMPOSTO, SEM DÚVIDA, VAI SER MAIOR PARA QUEM VIVE EM TERRENO LEGALIZADO. É UMA FORMA DE O GOVERNO COMPENSAR. O MESMO RACIOCÍNIO VALE PARA O GATO DE ÁGUA E ENERGIA"

SÉRGIO BRANDÃO

Conselheiro do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea)

nhia de Saneamento do Distrito Federal (Caesb) calcula que perdeu ano passado R\$ 1,2 milhão. Em 2000, a empresa identificou um aumento de 21% nos casos de irregularidades, se comparado ao ano anterior — embora o número de fiscalizações tenha diminuído 25%.

Nas regiões nobres do Distrito Federal (Lago Norte, Lago Sul e Plano Piloto), o esquema mais comum de fraude à Caesb é o furto de água. A ligação é feita diretamente na rede pública e não passa pelo hidrômetro.

Segundo Adauri Gomes, delegado titular da 9ª DP (Lago Norte), 13 inquéritos foram instaurados desde o ano passado por causa de furto de água no bairro. "Estamos investigando vários outros casos", garante Adauri. Nas regiões carentes, a irregularidade mais comum é a alteração do hidrômetro. O objetivo da infração é registrar um consumo abaixo do real. As cidades campeãs nesse tipo de fraude são Ceilândia, com 546 casos já identificados, e Samambaia, com 515.

PIRATARIA

A clandestinidade também corre pelas ruas em forma de transporte pirata. Estima-se que 2 mil veículos irregulares circulem pelas ruas do DF, transportando mais de 100 mil pessoas por dia. No início da década de 90, não passavam de 500. Este ano, até 30 de abril, foram apreendidos 1.730 veículos — contra 1.500 em todo o ano 2000. "Tenho medo de pegar os piratas por causa do movimento. Mas é o único jeito de chegar mais cedo ao trabalho", conta Silvina Leite, que mora no Novo Gama, região do Entorno, e trabalha no Setor Comercial Sul (SCS), no Plano Piloto.

Diariamente, às 6h50, ela desce do transporte pirata em frente ao Hospital de Base de Brasília e caminha até a quadra 3 do Setor Comercial Sul — um reduto do comércio irregular. Silvina precisa desviar de bancas repletas de bugingangas. Óculos, relógio, calcinhas, meias, CDs, canetas, abacaxis tomam o lugar dos pedestres. Um mercado que se instalou no local, mesmo a contragosto da Justiça, que determinou ano passado a retirada de todos os ambulantes da área.

"É a única forma que a gente tem para trabalhar. A vida está difícil e o que eu ganho aqui mal dá para sobreviver", justifica Lourenço Lisboa, vendedor de sapatos, que há seis anos monta sua banca em um dos corredores da área central de Brasília.

Enquanto Lourenço lamenta o infortúnio nas vendas, a Administração de Brasília se embaraça para viabilizar o fim da ilegalidade do comércio ambulante nas ruas da cidade considerada patrimônio mundial.

A administração estima que existam no Plano Piloto cerca de 1.500 ambulantes. A previsão agora é de que, em dois meses, eles sejam transferidos para uma área ao lado da Rodoferrviária. A remoção vem sendo adiada desde o início do ano. E a ilegalidade continua. (TR e SN)

SEM REGRAS

Áreas invadidas, ligações clandestinas de água e luz, despejo de esgoto a céu aberto, transporte pirata e infrações no trânsito. Facetas do mesmo mal

OCUPAÇÃO DE TERRA



40% De toda a área urbana do DF é ocupada irregularmente

500km² De terras foram transformados em favelas, condomínios, assentamentos e vilas sem registro em cartório

COMÉRCIO



22% Dos estabelecimentos comerciais da Asa Norte invadiram área pública

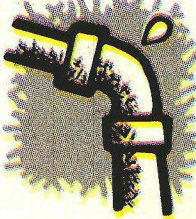
52% É o índice da Asa Sul

54.460m² Da área pública do Plano Piloto foi invadida por lojas

1.500 Ambulantes estão espalhados pelas ruas de Brasília

ÁGUA

R\$ 1,2 milhão Da receita da Caesb é perdida anualmente em fraudes

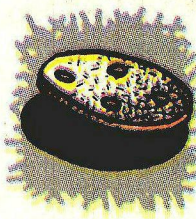


2.875 Irregularidades diversas foram encontradas em 1999

3.487 Infrações foram cometidas em 2000

21% Foi o crescimento dos casos de irregularidade de um ano para o outro, mesmo com a Caesb realizando 25% menos vistorias

SANEAMENTO



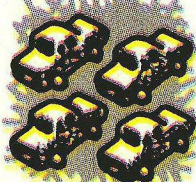
88% Do esgoto do DF é coletado

64% É tratado

24% Dos dejetos são jogados in natura em fontes de água

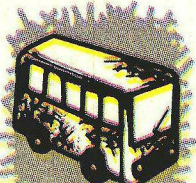
72 Toneladas de dejetos são despejadas diariamente no rio Melchior

TRÂNSITO



30,89% Dos 856.515 condutores do DF já cometeram infrações

TRANSPORTE



2 mil Veículos clandestinos atuam no DF

100 mil Pessoas são transportadas diariamente

